

Que seremos nós, as mulheres? Entre o discurso e a experiência

Luciene Fontão*

RESUMO:

O artigo mobiliza conceitos da teoria feminista na constituição de contextos e experiências que se diferenciam no discurso. Considera o conjunto de categorias da teoria decorrentes da reflexão sobre identidade, experiência, etnia e os deslocamentos dos sujeitos como parte de um processo de autoconhecimento; com base nos postulados de Thereza de Lauretis (1994), Chandra Mohanty (1999), Linda Nicholson (2000), Judith Butler (2003), refletindo sobre o mote extraído da crônica de Antonieta de Barros: “Que seremos nós, as mulheres”.

Palavras-chave: Mulher. Contexto. Discurso. Experiência. Feminismos.

“Que seremos nós, as mulheres?” Entre o discurso e a experiência existe a essência de ser na militância por melhores condições de vida, saúde e lazer. Pensar nesta assertiva é dialogar com um século de militância política do ser feminino.

Quanto mais o leitor se envolve no estudo dos conceitos veiculados ao longo dos anos pela teoria feminista, tanto mais se percebe que o conhecimento da Teoria passa pela experiência polifônica dos discursos, pela natureza da identidade de um sujeito que aspira à igualdade, à fraternidade e à tomada de decisão sobre seu corpo, “sem sair do salto”. A discussão no campo da categoria identidade recai na questão do conceito de ser mulher, seja na militância do século XX, seja nas conquistas do século XXI. A natureza do estudo está em perceber o quanto a linguagem se manifesta e dá voz a diferentes discursos, nos diversos espaços geográficos por onde a teoria feminista é disseminada.

Considerando leituras realizadas, pode-se dizer que o discurso feminista em questão aqui tem suas origens nos Estados Unidos, ganhou forma no continente europeu, deu a volta ao mundo e plantou sementes, as quais germinaram e deram frutos, “como sementes de girassol jogadas ao vento”, que ora caem em solo fértil, ora rio abaixo, ora sobre um rochedo (lembrando aqui a parábola bíblica da semente de mostarda). Em determinados momentos históricos, houve avanços, enquanto que em outros a luta perseverante continua. E das montanhas rochosas retornam e ecoam aos quatro cantos do mundo, sob o prisma e reflexos globais, haja vista as manifestações políticas sobre o direito ao aborto, por exemplo, e a presença cada vez maior da mulher no poder.

Em vista disto, as mulheres do mundo exigiram ser ouvidas, respeitadas na preservação e conquista de direitos sociais e de participação coletiva nas discussões relacionadas à tomada de decisões entre sociedade e governo. Entretanto, nessa busca pela conquista de alguns direitos, também ocorreu o esvaziamento do sujeito feminino, do próprio conceito de “mulher” e a perda da própria essência de ser, convergindo à reflexão e ao pensamento contemporâneo dialético e paradigmático; na perspectiva de se pensar na proposição: o que é ser mulher na contemporaneidade, que noções de gênero nesta definição estão envolvidas, qual categoria define a mulher, quais funções a determinam e se há determinismo neste caso em função da condição biológica do ser. A reflexão passa pelo entendimento das categorias da teoria feminista na definição de seu discurso.

Já foi amplamente discutido na literatura que o feminismo passou a incorporar nos dias atuais uma extensa gama de discursos diversificados, resultando em uma grande variedade de feminismos. Contudo,

[...] essa heterogeneidade interna não fragmentou nem enfraqueceu a importância política do feminismo, pois ela traz em seu bojo a necessidade de construção de articulações entre as diversificadas posições de sujeito, o que por sua vez compõe a força específica do feminismo diante dos outros movimentos ou discursos sociais (COSTA, 2002, p. 19).

A heterogeneidade enunciativa do discurso feminista proporcionou a construção de uma teoria multifacetada, em que várias vozes aparecem, dialogando e refletindo questões teóricas, na reivindicação de um direito, porém, por vezes, distanciando-se da militância ativa e aplicada. Desse distanciamento resultou a divisão de um grupo aparentemente coeso no início do século XX sob a égide em defesa das Mulheres, para uma diversidade de sujeitos agrupados em função da agregação das diferenças, tais como: cor da pele, papel social, nacionalidade, classe social, opção sexual, origem, as quais geraram uma identidade feminista mais individualizada, calcada na experiência e/ou na ação. Nessa discussão interna do movimento feminista, entre o discurso e a experiência militante, ficou uma perda de coesão e de coerência, de um norte que unisse todas novamente em uma causa única e não tão relativa. É claro que o esvaziamento não significa a perda da teoria, ao contrário. A teoria apresenta seus fundamentos e continua a ser disseminada. No entanto, a questão pertinente da não unidade aparece em início do século XXI, ocasionando o aparecimento de feminismos, com discursos e práticas não equivalentes, variando no espaço geográfico mundial, a partir da diferença entre as culturas e do ser ou estar mulher nessa inserção.

Destarte, na luta contínua por um espaço social, a Teoria Feminista vem discutindo as relações sociais relacionadas ao gênero, a partir da reflexão do objeto central de estudo; também vem buscando, através de análise, desconstruir as relações estabelecidas socialmente, intervindo nas estruturas e desigualdades sociais, às vezes de forma enfática, ora como coadjuvantes do processo político-social de fomentação na igualdade de direitos entre todos os sujeitos. Diante deste quadro, a seguir, dialoga-se com algumas teóricas feministas, a fim de estabelecer os conceitos aqui veiculados e as categorias utilizadas, sendo este um recorte para fins desta discussão em especial a que se percebe no estudo da crítica feminista do início do século na região sul do país, quando se cita e comenta-se a crônica de Antonieta de Barros, de onde a frase mote deste artigo: “Que seremos nós, as mulheres?” é retirada.

Começa-se pelo estudo do conceito de gênero por Tereza de Lauretis (1994). O conceito de gênero alude à “representação de uma relação a partir da categoria sexo e diferença social” (LAURETIS, 1994, p. 206-242). Para ela, há problemas caso se considere a categoria sexo como dado primário, porque ser mulher biologicamente falando detém uma gama de características em oposição ao sexo masculino. Mas isso não é possível de mensurar de forma tão simples, pois se nasce dentro de um universo simbólico, já que existem verdade e realidade, como categorias, mas só são vistas a partir de dada significação. Segundo Lauretis, são muitas as verdades e muitas as realidades que constroem um contexto comum que reúne os indivíduos em grupos sociais; a posição do sujeito define o seu discurso, o que pode gerar conflito em relação a outro sujeito com opinião contrária; o espaço do conflito também gera discurso e aí se tem o veio da teoria que dominou em meados do século XX até o seu final. O sujeito nasce biologicamente dotado de um aparato sexual, mas a constituição e o comportamento podem definir uma posição diferente da considerada “natural”. Ser mulher é ter um corpo constituído de ovário, útero, hormônios específicos e vagina, em linhas gerais;

porém, estar mulher, sentir-se mulher, entoar discursivamente e dizer “sou mulher” é realmente uma tomada de posição social, como ser ou não “mãe”, mesmo ou potencialmente capacitada para tal fato e direito. Isso significa dizer que não ser “mãe”, não retira a condição de “ser mulher”. Porque sob a égide da condição biológica, todas as mulheres são iguais, porém, Lauretis enfatiza a questão do discurso como fator relevante para a definição do ser sujeito socialmente determinado; isto ocorre porque existe o fator: opção, querer ou não ser mãe. Então, as mulheres podem optar, mas há outras diferenciações.

Já para Linda Nicholson (NICHOLSON, 2000, p. 9-41), o conceito de “mulher” passa pela interseção das categorias de “gênero, raça e sexualidade”, constituindo o sujeito em um indivíduo inserido na relação de trabalho, também definida por sujeitos, e socialmente calcada na materialidade e na necessidade de cada um. Ao substantivo mulher agrega-se a adjetivação categórica de mulher negra, mulher branca, mulher islâmica, mulher chinesa, mulher heterossexual, mulher homossexual, mulher casada, mulher solteira, mulher fêmea, dentre outras possibilidades, considerando a posição social de quem enuncia a categoria.

No século XX, em meados dos anos 60 e 70, Lauretis (1994) lança sua teoria, considerando a tecnologia do gênero, mostrando as deficiências do pensamento feminista, que estabelecia o conceito de gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados, construídos a partir de um conjunto de valores que formavam a cultura de ser mulher, a partir da questão relacionada à maternidade, à diferença de escrita feminina e à característica da feminilidade; assim, ser mulher pressupunha gerar uma criança, ter atitudes e comportamentos diferentes dos homens, ser feminina e ter uma escrita com características marcadas pelo tom agudo, fala mansa, uso de adjetivos, por exemplo, ou de diminutivos, dependendo do dialeto e da língua usada para a comunicação. Ou seja, a mulher só existia em contraste com o homem, em uma relação dicotômica instituída pela diferença biológica e pela sexualidade, desconsiderando as opções sexuais e o papel social de cada um, até mesmo a experiência e a identidade.

O tempo passa, as ideias de Nicholson (2000) ganham eco e Judith Butler (2003) aprofunda a discussão sobre gênero trazendo questões importantes relacionadas ao conceito de raça e de etnia, para apimentar ainda mais as diversidades de categorias e/ou de conceitos que determinam o objeto de estudo feminista. A base de discussão de Butler (2003) corresponde à situação de segregação étnica e/ou racial existente nos Estados Unidos. A autora esclarece que não pode haver uma categoria fixa para as questões relacionadas à raça, em função da diversidade geográfica e nacionalidade de cada indivíduo, ocorrendo aí uma relativização da categoria raça, considerando os conceitos de performatividade em contraste com performance, que são discutidas também em Austin e Derrida. Butler (2003) traz em seu texto o conceito de “heterossexualidade melancólica”, em que a genealogia critica a ontologia de gênero, assim, a autora trabalha os conceitos em separado e tenta romper com o efeito binário de causa e efeito. A base da teoria de Judith Butler (2003) é Foucault, com isso ela subverte o conceito de gênero e apresenta-o como uma formação discursiva, sendo o corpo efeito de discursos e o sexo como prática discursiva. Para ela, a experiência produz discurso, bem como o discurso também produz experiências. O que fica entre? Seria a essência, porém, para Butler (2003), o objeto do desejo torna-se aquilo que foi proibido, a identidade de gênero é resultado de proibição, bem como a proibição produz o que está sendo proibido. As constituições estabelecidas por lei tornam-se discursivamente as mais fáceis de serem transgredidas. Isso ocorre porque a lei é gerativista e plural e o poder opera por estruturas complexas, gerando a categoria da representatividade política. A mulher e suas especificidades, bem como sua orientação sexual determinam a sua ação em determinados contextos. Ou seja, ser branca, negra, lésbica, heterossexual, judia ou islâmica, japonesa, coreana, chinesa, dentro

outras possibilidades estabelece o discurso e as ações políticas de luta, analisando-se cada contexto e a experiência de vida de cada uma que luta por liberdade de expressão. As especificidades de luta por individuação passam a ser a tônica do movimento, sem que haja uma coesão interna.

Judith Butler (2003) posiciona-se contra as noções de essencialismo e de construtivismo, porque para ela fora do discurso não há materialidade, assim nenhum discurso captura a materialidade prévia, porque o corpo é um referente enganoso, está sempre em construção, considerando a tecnologia e as possibilidades cirúrgicas. Mesmo com os avanços da ciência, Susan Fridman (1998) afirma que há um limite para a construção e reconstrução do corpo, sendo que o referente não está no efeito linguístico, mas em uma realização do discurso. Ou seja, a verdade e a realidade estão no mundo como referentes diretos, porém são efeitos de linguagem quando estão no campo do discurso, bem como efeito de verdade, porque não há verdades absolutas no mundo e nem na linguagem, muito menos no discurso polifônico. Fridman (1998) afirma, então, que há um limite para o construtivismo, isso nos permite criar múltiplas referências ou referenciais, constituindo no complexo da transcendência, o entre meios, o entre lugar. Parecer mulher, falar como mulher, fazer incursões femininas, mudar a orientação sexual, tudo já é possível, mas isso não basta para se conceituar mulher, porque há limitações quanto à essência biológica de construção, também no discurso. Cada ser vive uma experiência particular.

Para além da discussão do binarismo para o estabelecimento do conceito de gênero e de mulher, Fridman (1998) ainda coloca que as narrativas culturais, quando se pensa a questão da raça, refletem realidades materiais e até mesmo as constitui. O conceito de posicionalidade relacional vai além do binarismo branco e negro, porque cada indivíduo vive a experiência de sua raça, cor da pele ou etnia de forma muito pessoal, estabelecendo ou não estratégias. Assim, o processo de identificação e não de identidade, discutidas com base em Althusser, estabelece que as teorias feministas e as práticas políticas devem caminhar conjuntamente, pensando e refletindo uma questão: “De que lugar estamos falando?” E assim, entender que, segundo Scott (1999), a experiência é um evento linguístico, produto da interpretação e do discurso da experiência do outro, vista como pré-discurso, como uma posição crítica. A experiência também pode ser um produto da consciência espontânea, um elemento subjetivo da experiência, articulador com a experiência visual, contrapondo com a percepção. O ser pode se vestir como mulher, pode tentar expressar-se como tal, mas somente a posição do ser, a partir do discurso define e responde a questão: a qual gênero pertence, qual sua opção e como você se comportará a partir de agora?

Chandra Mohanthy (apud MEDIATORE, 1999, p. 85-109) e Glória Anzaldúa (apud COSTA; ÁVILA, 1999) apresentam outro conceito para experiência, pensando nas narrativas femininas literárias e sua militância política. Elas consideram os deslocamentos e o feminismo transnacional, sem fronteiras, sem barreiras, cujo foco está na questão de como se vive a experiência e de como essa experiência se forma em função da construção do sujeito. A questão aqui passa por um agenciamento do sujeito que escolhe ser um ou ocupar uma determinada posição social em relação à outra. Isso é possível de observar na narrativa feminina. O conceito que traz Glória Anzaldúa (apud COSTA; ÁVILA, 1989) é o de posicionalidade do sujeito no discurso, estabelecendo em discussão o lugar do “queer” na teoria. O conceito de “queer” passa pela definição de um ser que estabelece a sua performance em determinado contexto, definindo-se pela transfiguração e pelo discurso.

Aqui se estabelece a defesa da possibilidade de reconstrução do conceito “mulher” como produto da intersecção de todos os sujeitos femininos; de forma que o gênero não pode ser visto em relação à materialidade do sexo, mas sim como um performativo, um papel a ser preenchido e executado. Assim, o conceito de Identidade pode ser fixo ou não. Nessa volubilidade pode haver múltiplas identidades, geradas pela categoria da experiência; que por força do recorte histórico agrega valor, mas não traduz

reducionismo, pelo menos essa é a intenção, a fim de que se possa interpretar o texto de feministas também na Ilha de Santa Catarina, atuantes nos primeiros cinquenta anos do século XX.

Mohanty e Martin escrevem o texto *Feminist Politics: What's Home Got to do With it?*, inserido em *Feminist studies Critical Studies*, editado por Teresa de Lauretis em Indiana, 1986 (apud LAURETIS, 1994), em que se observa um interesse das autoras em configurar o lar, a identidade e a comunidade como uma categoria de poder e o sentido de “lar” como um conceito e um desejo, sua ocorrência como metáfora na escrita feminina e sua presença estimulante na retórica de um novo direito. É significativo que a noção de “lar” tenha sido tirada no reflexo da luta representada pela escrita de mulheres de cor, que não conseguem assumir facilmente o “lar” sem o contexto da comunidade onde estão inseridas. Uma vez que a dificuldade de uma mulher não branca em se estabelecer no grupo dominante não é uma tarefa das mais simples, no entanto, ainda que ocorra esta inserção. Por exemplo, o desejo da degredada em querer voltar ao lar da infância, mas ao chegar ao lar já não se identifica nesse, em função das experiências vividas e da posição assumida fora do lar em seus deslocamentos. É um texto com características da escrita feminina, tal como define Lauretis, mas cujas protagonistas já não se identificam com os estereótipos do passado, nem mesmo com os espaços de seu passado, em função das decisões tomadas em relação à opção sexual. A casa é o refúgio de quem opta por ser diferente? A luta por liberdade e aceitabilidade no lar ocorreu. No entanto, no interior do lar há a liberdade almejada para se ser quem se diz ser? Talvez sim, mas nem sempre.

Ao pensar nos feminismos e em suas características de luta, pode-se compreender a rede de relações conceituais a partir de uma teia imbricada e multifacetada, considerando os conceitos articulados e os discursos polifônicos. Os refrões de igualdade e liberdade da mulher foram substituídos, ao longo de mais de um século, pelos bordões da teoria marxista, pelo hermetismo da teoria da psicanálise e pelas muitas visões referentes às questões relacionadas ao gênero e aos conceitos de raça, etnia e classe, para além da visão essencialista do sexismo, ecoadas pelo mundo e trazidas à baila pela tradução dos textos de feministas americanas, principalmente veiculados no sul do país, através da publicação da Revista Estudos Feministas, um veículo de disseminação de estudos na área e de informação aos novos pesquisadores, que tem leitoras espalhadas pelo Brasil e na América Latina.

Se a teoria feminista sofreu uma mudança de foco ao longo da luta do século XX e chega ao século XXI com os diversos olhares, dentro de um dado contexto social, a crítica também se apresenta na convergência destes significantes e busca superar estas visões, estabelecendo a historiografia da teoria como ponto de partida. Com o pensamento voltado para as questões da diferença entre as feministas e sua natureza de reivindicação, as categorias são significativas. Entretanto, para organizar o estudo e interpretar o texto de Antonieta de Barros, escrito em meados do século XX, foi necessário estabelecer o recorte de natureza histórica, pois neste momento o binarismo sexista em relação à luta das mulheres era a tônica. Porém, focam-se nas categorias de experiência e identidade, aliadas à questão geográfica para entender as mulheres e a militância política no lar e na comunidade da qual faziam parte.

Hahner (2003) mostra na descrição abaixo uma visão do comportamento das mulheres da sociedade brasileira da região Sudeste:

No século XX, inúmeros visitantes estrangeiros louvavam as transformações físicas ocorridas nas principais cidades brasileiras, modernizadas e embelezadas por governos progressistas e empreendedores preocupados com o comércio e a imagem externa do país. Notavam também com aprovação a presença e um maior número de mulheres de classe alta nas grandes avenidas recém-abertas, fazendo compras, passeando, tomando chá e indo ao cinema, tudo isto sem companhia

masculina. Tinham notícia de que não só mulheres abastadas ingressavam, cada vez mais, nas escolas superiores, passando, depois de diplomadas, a ocupar profissões variadas e nobres, mas ainda de que, a cada momento, um número maior de escritoras levava a cabo a edição de novas obras. Mas poucos sinais de mudança podiam ser detectados nas vidas de mulheres pobres lutando para sobreviver em moradias escuras e úmidas ou labutando em oficinas abafadas e fábricas sem segurança, longe da vista dos estrangeiros (HAHNER, 2003, p. 183).

O panorama do Sudeste não corresponde ao resto do país, embora haja o resgate do movimento feminista em outras regiões do país em frentes de pesquisa, o que se percebe ainda são lacunas sobre os movimentos históricos das mulheres do início do século XX. Quando se fala da mulher deste período histórico, fala-se daquela que labuta, a mulher da classe menos favorecida do início do século XX e a luta por melhores condições de vida, lembra-se da lavadeira, da costureira, da bordadeira, da comerciária, da professora, da escritora, pois poucas podiam aventurar-se em profissões diferentes, sem serem amealhadas pela sociedade.

Sobre as escritoras do sul, pode-se dizer que poucas foram reconhecidas, também foram menos refletidas na academia e apresentam ainda parca visibilidade no cenário nacional, principalmente aquelas que mínimos recursos tiveram para a projeção em uma sociedade ainda excessivamente machista e capitalista. Os anos vinte e trinta são exemplos disso, quando se refere ao sul do Brasil. Salvo as mulheres que participaram no Sudeste do país da Semana de Arte Moderna e da luta pelo direito ao voto, no restante do país mal são reconhecidas, porém fizeram a sua parte nessa história, por isso os dicionários de mulheres e antologias são a tônica de publicação nos primeiros anos do século XXI, em uma tentativa de resgate social, como a Antologia de Escritoras nascidas no século XIX de Muzart (2000) e o livro das “Mulheres Negras do Brasil” de Shumaker e Brazil (2007), dentre outras.

Na região sul, na ilha de Santa Catarina, este é o lugar do qual se fala e de origem da autora deste artigo, pode-se destacar, por exemplo, a funcionalidade das professoras normalistas e sua atuação na década de 20-30 para o amadurecimento do movimento feminista neste lugar. Muitas das professoras dedicaram-se à educação das crianças. Em especial, cita-se a professora, jornalista, escritora e a primeira mulher a ingressar como Membro da Academia Catarinense de Letras em 1932, Maura de Senna Pereira (Florianópolis); a professora, cronista, escritora, diretora do Grupo Escolar Dias Velho e primeira mulher negra catarinense eleita deputada por dois mandatos eletivos, Antonieta de Barros (Florianópolis/1901-1952), mulheres que lutaram em seu tempo e reconhecidamente ocuparam um espaço de destaque no universo das que nasceram na Ilha de Santa Catarina, além de Delminda da Silveira (Florianópolis/1855-1932) professora e escritora. As já não tão ilustres, mas não menos importantes na luta feminina por um lugar ao sol: as irmãs Nila e Maria Sardá, as normalistas do Colégio Coração de Jesus e da Escola Normal Catarinense. As professoras e diretoras de Grupos escolares: Maria da Glória Oliveira (D. Glorinha, diretora nos anos 40 do Grupo escolar São José), Maria Flora de Souza Pausenwang (Professora e diretora do Curso Normal Regional Brigadeiro Silva Paes na Trindade, nos anos 50), a professora Leonor de Barros (irmã de Antonieta e diretora do Curso Antonieta de Barros), já nos anos 50 até os anos 70. As primeiras-damas do estado nos primeiros 50 anos do século XX, como por exemplo: D.Tereza Fiúza de Carvalho Ramos (esposa de Vidal José de Oliveira Ramos), D. Beatriz Pederneiras Ramos (esposa de Nereu Ramos), D. Edite Gama Ramos (esposa de Celso Ramos). Poderia citar tantas outras, no entanto, priorizando o espaço educacional e político, apenas alguns exemplos de mulheres que fizeram a diferença cada qual em sua atividade, as quais de alguma forma influenciaram direta ou indiretamente a sociedade de uma época. São

personagens femininas que exerceram um papel social importante e crucial para o desenvolvimento da educação da Ilha de Santa Catarina. Assim, o olhar aqui fica cinematograficamente estabelecido no tempo e no espaço, a primeira metade do século XX.

Cada uma das mulheres citadas acima possui uma história, uma identidade, uma experiência de vida, uma representatividade política na comunidade em que atuaram e uma responsabilidade na função que exerceram; umas com maior destaque do que outras - isso é bem verdade -, algumas completamente desconhecidas em sua memória pela sociedade, mesmo sendo nome de escola ou de rua. Entretanto, cada qual assumiu ser cidadã integrada no ambiente em que vivia e ser atuante e respeitada na opção de vida, geograficamente marcada pela experiência. Umas deixaram legado escrito e família que cuidasse da memória, umas casaram, outras por se dedicarem à profissão de professoras e diretoras de escolas, abdicaram do direito de ser mãe, de ter marido, não escreveram um livro ou no jornal da época e só constam em registros oficiais do Museu da escola Catarinense e nos documentos oficiais de gabinete ou como responsáveis pela assinatura de um Certificado Escolar. A vida de cada uma dá um livro recheado de alegrias, tristezas, vitórias, derrotas, superações; cada qual na condição de Mulher, contribuiu para a formação da educação no Sul do Brasil e mais precisamente no estado de Santa Catarina, na Ilha de Santa Catarina. Não se vai aqui tratar de todas, nesse momento, mas de uma em especial, da Professora e deputada Antonieta de Barros, uma mescla das categorias de gênero: sexo, etnia, experiência e posicionalidade política, ou seja, mulher negra, professora, escritora e política.

No livro *Mulheres Negras do Brasil*, a menção a Antonieta de Barros é bastante significativa, à página 317:

No sul do país, Antonieta de Barros rompeu com muitas fronteiras que circunscreviam os preconceitos de sexo e raça. Filha de uma lavadeira e de um jardineiro, Maria da Ilha, como ficara conhecida, nasceu em 1901, em Florianópolis. Com apenas 21 anos fundou o jornal "A Semana", ficando responsável por ele até 1927. Integrante da Frente Negra Brasileira e militante da FBPF, a jornalista, professora de português e psicologia filiou-se ao Partido Liberal Catarinense e conquistou uma vaga de deputada estadual em 1934. Desse modo, tornou-se a primeira negra a assumir um mandato popular no Brasil. Dona de uma carreira política voltada para o engrandecimento da pátria através da educação e pela valorização da comunidade negra, Antonieta retornou à Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 1947, mantendo o pioneirismo de ser, até aquela data, a única afro-descendente a ocupar um cargo eletivo no país (SCHUMAHER, 2007, p. 317).

Em toda a trajetória do pensamento que resulta nos feminismos, dentro das questões relacionadas à classe, gênero e raça, a mais conflituosa hoje, pensando o século XXI, refere-se ao conceito de gênero, como já referido: o que é ser mulher? Assim sendo, aqui se está a lidar com a teoria feminista em que o termo mulher refere-se a todas que lutam por direitos igualitários, ao trabalho e a um salário justo, por mais creches e escolas, por praças de lazer, por condições de saúde e bem-estar, por assistência hospitalar gratuita e de qualidade, por um lugar de paz e tranquilidade, sem violência, por um ambiente saudável e com qualidade de vida. Talvez seja difícil perceber alguém que não se desloca a não ser ao redor de sua própria terra natal e que vive e trabalha e pode ter ou não filhos, que vive ou não em família, mas que estuda, trabalha e gera divisas em sua ocupação social, que estuda e lê seus livros e também pode escrever um diário, uma poesia, um romance, um conto, uma crônica, falando de seu tempo, de seus compatriotas e lutando por seus ideais, mesmo sem sair da terra natal.

No entanto, os deslocamentos ocorrem, seja dentro do perímetro do bairro, da cidade, do estado, do país, talvez, em proporções menores, mas ocorrem.

Martin & Mohanty (apud LAURETIS, 1994) interessam-se em configurar o lar, a identidade, a comunidade, o poder e sentido do “lar” como um conceito, um desejo, sua ocorrência como metáfora para compreender o deslocamento, o olhar a si mesmo, o lar como refúgio, mas também como libertação, o lar sendo o desejo de solidão e a fuga dessa mesma solidão.

Com base na experiência discursiva, pode-se dizer que Antonieta de Barros exerceu sua função social em sua terra natal, fez de sua casa uma escola e de sua vida um livro aberto. No período compreendido entre 1901-1952, a menina negra de origem humilde viveu a essência de ser, estudou, formou-se e participou de agremiações culturais e políticas - fez parte do centro cívico das normalistas, da liga do magistério, do Centro Catharinense de Letras, da edição do Jornal “O Idealista”, da Congregação do Senhor dos Passos, filiou-se a partidos políticos - e de seu mundo bucólico e pacato, ganhou espaço na vida intelectual e política da época, teve sua própria escola e seu método para alfabetizar. Dialogava semanalmente com seus conterrâneos por meio de crônicas publicadas em jornal, dali descrevia a terra onde nascera e vivia, o jeito de ser das pessoas simples, informava sobre as lutas de sua classe e de seu povo. Sua voz tornou-se forte e sua vida um exemplo de luta, a ponto de ser hoje nome de escola, de medalha, de túnel, de museu e de condecorações na assembleia legislativa. Antonieta fez e faz história. E sua memória tem sido reverenciada pelo movimento negro, pela escola catarinense, pela vida pública e em trabalhos de dissertação e tese nas Universidades do Estado.

Antonieta, natural da Ilha de Santa Catarina, foi uma mulher que tratava em suas crônicas e discursos das coisas simples do lugar de origem sem ponte, sem grandes portos, sem muitas opções, nas primeiras décadas do século XX. Maria da Ilha possuía predicados que deram a ela artifícios que geraram a cronista, a articulista, reconhecidamente intelectual. Assim, Antonieta de Barros constituiu-se em um ícone de sua época e ainda hoje é reverenciada por sua força, conduta e *modus vivendi*, sendo em seu tempo uma incentivadora dos direitos da mulher em um momento de luta pela emancipação do sexo feminino, porém calcada nos valores éticos e morais, em defesa da casta e do credo, sem alarde, mas com o uso da palavra, lutava pelo direito da mulher ao estudo superior. Para ler seus textos, faz-se necessário estar desprovido de pré-conceitos, observando a temática abordada. Por ser professora e escrever semanalmente, a escritora preza as datas comemorativas e faz alusão a elas em seus textos. Dialoga o tempo todo com o leitor e utiliza-se de elementos ou palavras cuja significação está presa ao contexto de época. São efetivamente, alguns textos de *Farrapos de Ideias*, seu único livro já publicado em três edições, alusões à historiografia de época e outros recortes do cotidiano, com comentários da vida simples do lugar em que habita, tratando também das pessoas simples desse lugar e do comportamento, remontando, às vezes, o cenário local para tratar do universal; assim, traz elementos universais para tratar dos acontecimentos camuflados da vida pública local. A leitura articulada de *Farrapos de Ideias* com os textos de jornais de época são importantes e parece fundamental para se entender a rede de sentidos gerados pela criação literária da autora, pois são muitos os eufemismos e as metáforas de época presentes em seus textos, ligadas ao contexto onde se encontra, muito do que ela escreve está diretamente relacionado à sua experiência de vida. Sua identidade fica estabelecida pelo conjunto de sua obra e vida, compreendida pela escrita e pelo que escreve no contexto do discurso. Sua escrita apresenta aspectos delimitados nos preceitos de Lauretis (1994).

Como exemplo da Antonieta que filosofava no espaço semanal do jornal *A República*, extraiu-se o texto abaixo, publicado no livro *Farrapos de Ideias* (ILHA, 1971, p. 53). Neste texto a escritora provoca a Mulher para que lute por ser um indivíduo e não viver à margem social. Ela questiona a Mulher sobre a sua própria condição humana e reivindica o direito ao trabalho, a uma profissão e ao

estudo superior, isso em meados da década de 30. “Que seremos nós, as Mulheres?” Com certeza, não devemos ser “parasitas”, nem mesmo apenas “domésticas” ou “feministas de cigarro à boca”, ou seja, não se levar pelo extremismo, responde e define a própria Antonieta. A escritora exige o reconhecimento de direito ao pensamento, à reflexão, à tomada de decisão, ao desenvolvimento do cérebro feminino e à inteligência, deixando de estar à margem ou à sombra dos homens. A mulher não mais vista como objeto de prazer ou de beleza ou apenas com a função da maternidade, mas uma mulher que possa ampliar sua atuação na sociedade como um ser inteiro e não apenas como a “metade do gênero humano”:

[...] Acode-nos degradante situação de parasita, pois que a decantada maternidade é missão e não profissão.

Não somos feministas, se se entende por feminismo a aspiração política, cigarro à boca, etc. Daí não nos poderem julgar despeitadas.

A Mulher teve, até a pouco, as regalias de bibelô caro, de qualquer coisa quebradiça e de alto preço, para qual. Não, então, à mente a pergunta que deve existir em todo cérebro feminino, neste momento: Que seremos nós, as Mulheres? Irracionais ou domesticadas? Porque esta questão de inteligência e aptidões femininas, era em foco, se resume, digamos de passagem, em classificar a Mulher entre as criaturas superiores ou entre irracionais. Se ela é um ser superior, tem o direito líquido de agir, pensar, trabalhar, ser indivíduo. Se não é superior, que se contente em viver à sombra, na cômoda, mas discutimos direitos. Apontamos necessidades, a cousa única que tem poderes discricionários sobre todos os seres.

Se a evolução mental do nosso povo não aceita ainda a Mulher, como indivíduo, não lhe todos tinham olhares, sorrisos, gestos e atitudes protetoras.

É isto que está agonizando e querem reviver. foi a esse ridículo que roubaram a Mulher.

Pode negar a necessidade, que tem todo ser vivente, de comer.

Os irracionais trabalham, lutam para a conquista do seu alimento. E a Mulher? Inferior aos próprios irracionais, doméstica e domesticada, se contentará, eternamente, em constituir a mais sacrificada metade do gênero humano?

(Também publicado em *A República*, 15/04/1934.).

A partir das palavras de Antonieta, pode-se refletir sobre as mudanças que o papel feminino, o desafio das mulheres e a mudança de comportamento vêm ocorrendo na sociedade há cem anos. Voltando à contemporaneidade, considerando os preceitos da teoria feminista, houve muitos avanços em relação à performance da mulher, considerando as imbricações das categorias descritas neste artigo, pode-se dizer que a mulher hoje já é mais da metade da força de trabalho mundial. As mulheres e o papel do feminino na sociedade vêm sofrendo mutações, agregando conquistas no âmbito político, econômico e social.

Até 1934 as mulheres não podiam votar no Brasil, talvez por isso a política ainda seja uma das áreas mais masculinas, mas a mulher presidente já é uma realidade, a mulher ministra de estado também, senadoras, juízas, advogadas, militares, delegadas, empresárias, em todas as profissões já é permitida a presença da mulher, conquistas reais, factuais. No passado, as mulheres que trabalhavam fora tinham funções específicas como professoras, domésticas, costureiras, bordadeiras, rendeiras. Os cuidados com o lar eram a prioridade. Com a difusão do uso de anticoncepcionais as mulheres puderam optar em casar ou não, em ter ou não filhos, além de optar pela hora certa para engravidar.

A escolha de ingressar na Universidade, em fazer um curso superior, em ter uma profissão, constitui-se em um passo decisivo para a ocupação crescente no mercado de trabalho. Casar passou a ser uma escolha complementar e não mais uma obrigatoriedade. No entanto, o retrato social mostra que o excesso de liberdade feminina gerou mães solteiras e mulheres independentes. Nesta dialética, os conflitos gerados pela independência feminina não são poucos e nem parecem terminar. A luta por condições de vida dignas torna-se a tônica do movimento político feminista para as mulheres das classes menos favorecidas, pois a mulher agregou para si as responsabilidades do arrimo de família e chefe do lar, em casos de separação.

Entretanto, em outras classes sociais, os espaços nas variadas carreiras já vem sendo ocupados por mulheres, desde as militares até as políticas, pois a Constituição do Brasil estabelece e assegura igualdade de direitos a todos perante a lei, “sem distinção de qualquer natureza”. Mas, cabe a cada uma e a todas continuarem na luta em prol das virtudes e dos direitos, à saúde, à habitação, ao saneamento básico, ao atendimento médico-hospitalar, a não violência doméstica e social, lutar por mais creches, escolas e por uma educação de qualidade para todos os fins e direitos. E também lutarem a favor da essência de ser mãe e suas prerrogativas sociais, ou seja, garantir o direito de optar em ser do lar, em ser esposa, dona de casa e cuidar dos filhos. Ter o direito ao amor, à delicadeza, à beleza, à meiguice, ao direito de optar em não querer ser feminista, mas sim feminina, refletindo as múltiplas faces do prisma da condição de ser.

E mesmo diante das conquistas, há de se continuar, então, a persistir e a refletir hoje e sempre na mesma questão, considerando todas as categorias de gênero: “Que seremos nós, as mulheres?”. Por que independente da etnia, do credo, da identidade, da experiência, do lar, da opção profissional, as questões sociais de melhores condições de vida continuam latentes para a descendência e para a preservação do planeta. Dentre as possíveis respostas à pergunta de Antonieta de Barros, cabe um alerta linguístico, tanto em relação à fonologia, quanto à semântica da sentença, cuidar para não se abstrair de vez o determinante feminino plural. Nós, as mulheres, precisamos continuar a lutar por um “lugar à sombra e água fresca”. Por que, em caso contrário, o ser mulher ou estar entre mulheres na luta por direitos, em sua essência, também se perderia.

What will become of us, women? Between discourse and experience

ABSTRACT:

The article brings concepts of feminist theory to bear on the constitution of contexts and experiences that differentiate in discourse. It considers the theoretical set of categories arising from reflection on identity, experience, ethnicity and the movement of subjects as part of the process of self-knowledge, based on formulations by Theresa de Lauretis (1994), Chandra Mohanty (1999), Linda Nicholson (2000), Judith Butler (2003), while reflecting on the motto from the chronicle by Antonieta de Barros, “What become of us, women”.

Keywords: Women. Context. Discourse. Experience. Feminisms.

Nota explicativa

* Professor Adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Departamento de Línguas e Literaturas Vernáculas. Professor VI, Português, na Secretaria de Educação, Departamento de Educação de Jovens e Adultos.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Cláudia de Lima. O Sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu* (19) 2002. p. 59-90.
- _____. ÁVILA, Eliana. Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o feminismo da diferença. *Revista Estudos Feministas* / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v. 7, n. 1-2. Florianópolis: UFSC, 1999. 272 p.
- BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahide (Org.). *Refazendo Nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Apresentação de Izabel Brandão e Zahide L. Muzart. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 560 p.
- CORREA, Humberto P. *Lições de Política e Cultura*. 1920/30. Florianópolis: Edições A C. L, 1996. 236 p.
- _____. *História da Cultura Catarinense: O Estado das Ideias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.
- FAVERI, Marlene de; RAMOS, Tônia Regina; WOLF, Cristina Sheibe (Org.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007. 520 p.
- FRIEDMAN, Susan. *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*. Princeton University Press, 1998. 314 p.
- HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003. 445 p.
- ILHA, Maria Da. *Farrapos de Idéias*. 2 ed. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1971. 234 p.
- KAMITA, Rosana Cássia. *Resgates e ressonâncias: Mariana Coelho*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005. 181 p.
- LAURETIS, Theresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- MEDIATORE. Shari Stone. Chandra Mohanty y la revalorización de la “*experiencia*”. *HIPARQUIA*. vol. X. 1, 1999. p. 85-109.
- MUZART, Zahide. *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. v.1 Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 2000.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: *Revista Estudos Feministas* v. 8, n.2, 2000. p. 9-41.
- SACHET, Celestino. *As Transformações Estético-Literárias dos anos 20 em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli Representações, 1974. 134 p.
- _____. *A Literatura de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 291 p.
- SCHUMAHER, Shuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007. 496 p.
- SCOTT, Joan W. Experiência: tornando-se visível. In: SILVA, Alcione Leite et al. *Falas de Gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. 354 p.
- SHARPE, Peggy (Org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da UFG, 1997. 200 p.

Recebido em: 31 de outubro de 2011

Aprovado em: 17 de dezembro de 2011